



**PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO FINAL E DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

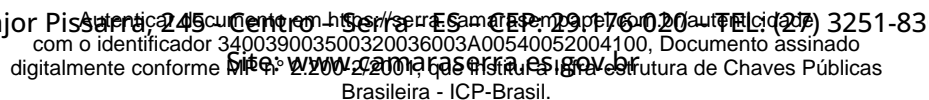
EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DO *CAPUT* DO ART. 1º DA LEI Nº 4.674, DE 19 DE JULHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DA SERRA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

- Presidente: Paulinho do Churrasquinho (PDT)
- Vice-Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Membro: Rafael Estrela do Mar (PSDB)





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise conjunta do **Projeto de Lei nº 12/2026**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que objetiva alterar a Lei nº 4.674/2017 para atualizar a concessão do auxílio-alimentação aos servidores ativos da Administração Direta e Indireta do Município da Serra.

Durante a tramitação, foi apresentada a **Emenda nº 03/2026**, de autoria da mesa diretora, que propõe o acréscimo do Art. 2º ao referido Projeto de Lei, renumerando-se os demais.

Consta nos autos o Parecer Jurídico da Douta Procuradoria, opinando pela regularidade da tramitação.

O projeto tramita em regime **Ordinário**.

II. ANÁLISE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno.

Quanto ao Projeto de Lei nº 12/2026: Acolhemos o entendimento de que a matéria versa sobre regime jurídico e remuneração de servidores públicos, cuja iniciativa é **privativa do Chefe do Poder Executivo**, conforme Art. 61, § 1º, II, "a" da Constituição Federal e Art. 143 da Lei Orgânica do Município (LOM). Não há vícios de iniciativa ou competência.

Quanto à Emenda nº 03/2026: A Emenda, de autoria parlamentar, propõe alteração no texto original. A Constituição Federal (Art. 63, I) estabelece





Portanto, opinamos pela **Constitucionalidade** e **Legalidade** tanto do Projeto quanto da Emenda.

Ambas as proposições atendem aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98. A articulação está correta e a linguagem é clara e precisa. A Emenda utiliza a técnica adequada de acrescentar dispositivo e renumerar os demais.

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias de carácter financeiro e orçamentário, nos termos do Art. 65 do Regimento Interno.

1. Análise do Projeto de Lei nº 12/2026 O Projeto de Lei, sendo de autoria do Executivo, traz em seu bojo a previsão das despesas decorrentes da atualização do auxílio-alimentação, compatíveis com a dotação orçamentária do Município para a gestão de pessoal.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. Análise da Emenda nº 03/2026 A análise detida recai sobre a Emenda nº 03/2026, visto que propõe alteração que impacta o erário. Foram acostados aos autos, especificamente para fundamentar esta Emenda, a **Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira** e o **Estudo de Impacto Financeiro Orçamentário**.

A documentação apresentada evidencia:

- **Dotação Orçamentária:** Ação 01.031.0022.2.058 (Garantir e modernizar o exercício das funções Legislativas).
- **Impacto Mensal:** O estudo estima um impacto mensal de aproximadamente **R\$ 673.389,52** para até 428 auxílios.
- **Disponibilidade:** O demonstrativo aponta um saldo para empenho na ordem de **R\$ 4.587.573,29**.

Diante dos dados técnicos apresentados, conclui-se que há margem orçamentária suficiente para suportar a despesa, estando a Emenda em estrita conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

IV. VOTO CONJUNTO

Diante do exposto, as Comissões Permanentes manifestam-se:

1. Pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e ADEQUAÇÃO FINANCEIRA** do **Projeto de Lei nº 12/2026** e da **Emenda nº 03/2026**.
2. Pela **APROVAÇÃO** da matéria, condicionada à aprovação da Emenda anexa.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, estas Comissões opinam **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do **Projeto de Lei nº 12/2026**, com o acolhimento da **Emenda nº 03/2026**.

Sala de Reuniões, 19 de janeiro de 2026.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE, TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Paulinho do Churrasquinho (PDT)
Presidente

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Vice-Presidente

Rafael Estrela do Mar (PSDB)
Membro

